

[Traduções]

Apresentação às Cartas Abertas de Gunder Frank sobre o Genocídio Econômico no Chile

Presentation to Gunder Frank's Open Letters on the Economic Genocide in Chile

Henrique Pereira Braga¹

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: henri.braga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4505-290X>.

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello²

² Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: gusmcmello@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4281-995X>.

Artigo recebido em 06/05/2024 e aceito em 17/05/2024.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Apresentação às Cartas Abertas de Gunder Frank sobre o Genocídio Econômico no Chile

Em seu último livro, o antropólogo David Graeber e o arqueólogo David Wengrow demonstraram que nos organizamos, ao longo da nossa história, das mais diversas formas para reproduzirmos a nossa existência, sendo que, na maior parte do tempo, essas maneiras de viver não incorriam em modos de subjugação do outro ou da natureza, ainda que não fossem um estado de natureza igualitário (Graeber; Wengrow, 2022). Se seguirmos essa descoberta, podemos dizer que as formas de vida social nas quais há dominação não conseguiriam existir sem violência, seja ela direta, simbólica, ideológica ou mesmo “coisal”, de maneira que suprimir nossa diversidade de organização social requer, a todo momento, abolir a nossa tendência sócio-histórica de gerar maneiras de viver e de transitarmos entres esses modos.

Nosso propósito em publicar as duas cartas abertas de Andre Gunder Frank para Arnold Harberger e Milton Friedman sobre a situação do Chile é disponibilizar, em língua portuguesa, um detalhado registro da abolição da possibilidade de construção de outros modos de viver ocorrida no Chile, a partir de 11 de setembro de 1973. Os métodos para a manutenção da dominação social são expostos de tal maneira por Gunder Frank que, lidas hoje, as cartas exprimem não apenas a crítica ácida e arguta do economista às medidas políticas, econômicas, sociais e culturais da Junta Militar, mas explicitam o sentido dessas medidas: “inculcar” na população chilena uma única maneira de organizar a sua vida – isto é, a concorrência sob bases capitalistas.

O primeiro passo para organizar a vida desse modo foi reordenar a vida econômica em torno do “livre mercado”, para o qual o Estado seria o garantidor da ordem social. Lamentavelmente, as medidas foram eficazes, pois, como documenta Gunder Frank, por meio da violência desmedida e da destruição das condições materiais de reprodução do grosso da população chilena, atacou-se os laços de solidariedade aí existentes, sobre os quais estava alicerçado o programa político da Unidade Popular, liderada por Allende. Um exemplo emblemático dessa destruição está na elevação dos preços do pão:

O preço do pão, para o qual a demanda aumenta com a elevação dos preços de outros itens para além do alcance do consumidor, subiu vinte e duas vezes em relação ao seu nível em setembro de 1973. Em março de 1974, para uma família com um “salário de subsistência” (*sueldo vital*), o pão custou 40% da sua renda. Tarifas de ônibus {...} tinham, em fevereiro de 1974, subido dez vezes seus preços em relação a setembro de 1973, e, em maio [de 1974], foram dobrados novamente, de forma que, num mês normal, o deslocamento com ônibus municipal da casa para o trabalho (ou quatro ônibus diários) custa, agora, 6.000



escudos ou entre 33% e 50% do “mínimo de subsistência” (*sueldo vital*) oficial para sustentar uma família. Assim, o pão e a tarifa de ônibus abocanham, sozinhos, 80% da renda dessa família, deixando o restante para as despesas “vitais”

Com tamanha insegurança econômica, era de se esperar uma crescente revolta da população chilena. Porém, antes disso, o governo ditatorial assassinou opositores, realizou milhares de prisões arbitrárias, construiu centros de tortura, e assim instaurou o terror na sociedade chilena. As forças políticas de esquerda foram perseguidas e desarticuladas, o que impediu as camadas populares de reagirem ao “genocídio econômico”, que, por exemplo, resultou em um “declínio no consumo médio de calorias”, ao final de 1974, “de 15%”. Como consequência, as populações foram forçadas a buscarem o “livre mercado” como única forma de sobrevivência, haja vista que o setor público desapareceu, assim como outras formas de vida comunais. Contudo, isso não significa uma ausência do Estado, como certa literatura figurou o neoliberalismo.

Ao contrário, como sintetizou Gunder Frank: “O setor público tem de desaparecer, mas o Estado tem de ser reconstruído para exercer uma autoridade brutalmente eficiente para cuidar e alimentar o setor privado – e o setor estrangeiro”. E, sobretudo, o processo econômico não está desvinculado dos processos políticos, sociais e culturais, pois, a implementação do neoliberalismo “não é nada sem suas próprias contradições internas”. Os reformadores neoliberais, por sua vez, têm plena consciência dessa imbricação.

Embora esses reformadores a apresentem apenas como uma técnica econômica eficiente, como nas declarações da Junta Militar e de seu porta-vozes, fartamente citadas por Gunder Frank, há sempre a consideração sobre seus efeitos junto à população e, sobretudo, do seu caráter antissocial – no sentido de destroçar as possibilidades de constituição de uma comunidade.

À luz da análise de Gunder Frank, percebe-se que a “*Ley de Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos*” proposta pelo governo de Javier Milei, na Argentina, no final de 2023, representa mais um capítulo das reformas neoliberais no continente latino-americano (não deixemos de recordar que, três anos após a derrubada de Allende no Chile, a Argentina sofria novo golpe militar que implementou reformas neoliberais neste país). Nesse conjunto de medidas, o governo Milei propõe, no bojo de uma profunda mudança institucional, um amplo programa de privatizações ao mesmo tempo em que procura “regulamentar” os protestos – numa clara forma de criminalização de qualquer manifestação



contrária às suas reformas (República Argentina, 2023). Rejeitada pelo congresso argentino, as medidas foram concentradas apenas nas privatizações, suprimindo as novas leis sobre os protestos – talvez um voto de confiança do governo na capacidade repressiva de suas “forças de segurança”, que tem se mostrado tenazes nos protestos enfrentados pelo governo desde que tomou posse – e, nesta nova versão, foi aprovada pelo congresso em 30 de abril de 2024 (República Argentina, 2024).

Seja como for, ao publicarmos a tradução dessas duas cartas, realçamos que a primeira experiência de neoliberalismo, precursora da prática política que se tornaria hegemônica a partir dos anos 1980, seja à direita ou à esquerda do espectro político, somente foi possível pela desarticulação, fartamente documentada por Gunder Frank, de qualquer possibilidade de outra forma de vida que não aquela centra na forma-valor, haja vista que o “livre mercado” e seu estado suicidário nada mais são do que instituições próprias do capitalismo em seu canto de cisne, que nos arrasta a todos para o abismo.

Referências bibliográficas

GRAEBER, D.; WENGROW, D. **O despertar de tudo**: uma nova história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Ley de Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos**. [1ª Versão] 27 de diciembre de 2023.

REPÚBLICA ARGENTINA. **Ley de Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos**. [2ª Versão] 30 de abril 2024.

Sobre os autores

Henrique Pereira Braga

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutor em Ciências Econômicas, área de teoria econômica, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello

Graduado em Economia, Mestre e Doutor em Sociologia e Pós-Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e Pesquisador do CNPq.

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

